

→ Índice

1. Introdução-----	2
2. Planos de Acção-----	4

1º Objectivo Operacional: Valorizar o Equilíbrio Ambiental

PA01 - Integrar o ambiente na gestão autárquica-----	4
PA02 - Gestão integrada da água -----	8
PA03 - Promover a responsabilidade climática-----	12
PA04 - Promover a mobilidade sustentável -----	16
PA05 - Aproximar a comunidade do rio e da floresta-----	19

2º Objectivo Operacional: Reforçar a competitividade empresarial e diversificar a base económica

PA06 - Qualificar os recursos humanos -----	23
PA07 - Desenvolver serviços de apoio à competitividade empresarial -----	26
PA08 - Impulsionar a gestão sustentável e multifuncional da floresta -----	30
PA09 - Promover uma estratégia de turismo de natureza -----	33

3º Objectivo Operacional: Consolidar a Atractividade do Concelho

PA10 - Fortalecer a identidade local-----	37
PA11 - Sensibilizar, informar e envolver -----	40
PA12 - Promover a responsabilidade social das empresas na comunidade ----	45
PA13 - Estimular as actividades culturais e criativas -----	48

1. Introdução

O conjunto de Planos de Acção que se propõe, visa concretizar os Objectivos Operacionais, no quadro da Visão enunciada para o Município de Sever do Vouga. Os Planos de Acção integram um conjunto de projectos conexos, sequenciais à priorização de necessidades de intervenção, e pretendem constituir a componente operacional do processo de implementação da Agenda 21 Local de Sever do Vouga.

O Desenvolvimento Sustentável está intrinsecamente ligado à qualidade de vida, consubstanciada na qualidade do ambiente, na melhoria das condições de vida e no aumento do nível de vida da comunidade envolvida. Deste modo, os Planos de Acção devem ser amplamente debatidos no Fórum de Desenvolvimento Sustentável, para que espelhem, o mais possível, as necessidades e vontades dos cidadãos do concelho.

Aplicando o princípio da melhoria contínua à Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Município, estes Planos de Acção, depois de implementados, devem ser acompanhados e monitorizados através do conjunto de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável criados para o efeito e, se necessário, reajustados de modo a integrar novas situações, incorporar sucessos e corrigir os insucessos verificados. Mas será inútil acompanhar a concretização dos Planos de Acção se, ao constatar que o declínio económico do concelho prossegue, nada se fizer para corrigir a intervenção. Isto sucederá, necessariamente, se as linhas de acção propostas nos planos não forem apropriadas pelos agentes económicos, sociais e culturais, ou seja, por toda a comunidade local, no sentido de se comprometerem com a sua execução.

Os Planos de Acção têm a seguinte sistematização:

- Objectivos Gerais;
- Linhas de Acção;
- Indicadores de Desenvolvimento associados;
- Principais intervenientes na concretização.

Os Objectivos Operacionais e correspondentes Planos de Acção apresentam-se de seguida:

OBJECTIVOS OPERACIONAIS		PLANOS DE ACÇÃO	
1º Objectivo Operacional	Valorizar o Equilíbrio Ambiental	PA01	Integrar o Ambiente na Gestão Autárquica
		PA02	Gestão Integrada da Água
		PA03	Promover a Responsabilidade Climática
		PA04	Promover a Mobilidade Sustentável
		PA05	Aproximar a comunidade do rio e da floresta
2º Objectivo Operacional	Reforçar a Competitividade Empresarial e Diversificar a base económica	PA06	Qualificar os recursos humanos
		PA07	Desenvolver serviços de apoio à competitividade empresarial
		PA08	Impulsionar a Gestão sustentável e Multifuncional da Floresta
		PA09	Promover uma Estratégia de Turismo de natureza
3º Objectivo Operacional	Consolidar a Atractividade do Concelho	PA10	Fortalecer a identidade local
		PA11	Sensibilizar, informar e envolver
		PA12	Promover a Responsabilidade Social nas empresas e na comunidade
		PA13	Estimular as actividades culturais e criativas

2. Planos de Acção

1º Objectivo Operacional
Valorizar o Equilíbrio Ambiental
Plano de Acção 01
Integrar o Ambiente na Gestão Autárquica

1. Objectivos Gerais

Um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) tem como objectivo a redução e/ou eliminação dos impactes resultantes da actividade de uma organização, integrando o ambiente na estratégia de gestão global dessa mesma organização. Para isso esta deverá implementar práticas e procedimentos de gestão ambiental que permitam o conhecimento dos impactes causados, a disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros para a sua minimização e controlo, bem como uma forma eficiente de manter e rever o seu desempenho ambiental de forma contínua.

Como ferramenta de gestão, o sistema permite a uma organização estabelecer uma política ambiental adequada à sua própria realidade, potenciando a obtenção de benefícios, nomeadamente:

- Redução de custos: pela via da melhoria da eficiência dos processos e consequente redução de consumos (matérias-primas, água e energia) e de resíduos (resíduos sólidos e efluentes); bem como pela minimização de multas e coimas;
- Redução de riscos ambientais e humanos, tais como, emissões, derrames e acidentes, através do controlo operacional eficaz e da manutenção de planos de monitorização que garantam a sua prevenção e/ou minimização;

- Vantagens competitivas: melhoria da imagem da organização e sua aceitação pela sociedade; capacidade de antecipação face a crescentes expectativas de desempenho ambiental.

A implementação e certificação de um Sistema de Gestão Ambiental pode seguir determinados referenciais, sendo os mais usuais o da Norma EN ISO14001 que define as orientações estratégicas para implementar um sistema de gestão ambiental e o EMAS II (Sistema Comunitário de Eco-gestão e Auditoria), dirigido às organizações que pretendam avaliar e melhorar os seus comportamentos ambientais e informar o público e outras partes interessadas a respeito do seu desempenho e intenções ao nível do ambiente, não se limitando ao cumprimento da legislação ambiental nacional e comunitária existente.

2. Linhas de Acção

- Definir a Política Ambiental da Autarquia;
- Definir os objectivos e metas que a Autarquia se propõe atingir, através de um programa de gestão ambiental;
- Definir as medidas ambientais por área de intervenção, definir responsabilidades, prazos e meios;
- As áreas de intervenção do sistema deverão incidir nos seguintes aspectos (não excluindo outras):
 - água: monitorização do consumo, utilização racional e sensibilização dos funcionários para o uso eficiente;
 - resíduos: redução da produção de resíduos, maximizar a separação de resíduos recicláveis, dar um destino final adequado aos resíduos de acordo com o tipo, sensibilizar para a redução da produção, reciclagem e reutilização;

- energia: sensibilizar os funcionários para o uso racional e eficiente da energia;
- compras públicas ecológicas: inclusão de critérios ambientais no processo de contratação pública de aquisição de bens, prestação de serviços e empreitadas (Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2007 de 7 de Maio sobre a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas). Exemplo de critérios: na compra de equipamento eléctrico escolher sempre o mais eficiente (categoria A – na escala de eficiência).
 - Criar parcerias entre municípios para compras conjuntas, de forma a ter maior influência nos preços praticados no mercado.
- Criar sistemas de monitorização e controlo ambiental para aferir o desempenho do sistema;
- Realizar auditorias periódicas para verificar o desempenho do sistema e implementar acções preventivas e correctivas;
- Rever periodicamente os objectivos, actualizando-os de acordo com os resultados obtidos;
- Desenvolver acções de formação para os funcionários, em áreas de interesse para a efectiva implementação do sistema, através de plataformas de e-learning;
- Desenvolvimento de uma estratégia de Comunicação Interna, para a sensibilização e formação dos funcionários e Externa para a comunidade:
 - Afixar a Política Ambiental em todos os locais abrangidos pelo sistema;
 - Divulgar os objectivos, medidas e acções da Política Ambiental através do Boletim Municipal, site da Câmara Municipal, jornais locais...
 - Publicar os resultados, através da Declaração Ambiental, a disponibilizar nos meios referidos;

- Desenvolver um sistema de resposta a dúvidas e questões colocadas pelos cidadãos;
- Criar parcerias com outros municípios ou entidades que participem em projectos do mesmo tipo, com o objectivo de trocar experiências, partilhar informação e conhecer exemplos de boas práticas por exemplo Câmara Municipal de Almada com processo EMAS (<http://www.m-almada.pt/emas-lab/>).
- Prosseguir com a adesão e participação em redes que promovam o Desenvolvimento Sustentável;
- Criar um sistema de informação actualizada sobre:
 - Compromissos internacionais na área da sustentabilidade;
 - Iniciativas voluntárias e Projectos inovadores.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IA01 - Consumo de água per capita

IA05 - Proporção de resíduos separados

IA06 - Consumo de energia per capita

IA07 - Produção de energia por fontes renováveis

4. Principais Intervenientes

- Equipa responsável pela Implementação do SGA
- Funcionários da Câmara Municipal
- Meios de comunicação social locais

1º Objectivo Operacional
Valorizar o Equilíbrio Ambiental
Plano de Acção 02
Gestão Integrada da Água

1. Objectivos Gerais

A água constitui um recurso essencial à vida por isso, à luz do desenvolvimento sustentável da comunidade, torna-se fundamental garantir a sua continuidade e qualidade, optimizando a sua utilização. De acordo com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável a gestão integrada da água e o seu aproveitamento eficiente são prioridades estratégicas. Em Sever do Vouga a água assume um papel fundamental como recurso natural e paisagístico, no entanto as suas medidas para uma boa gestão da água ainda se consideram insuficientes.

No que se refere às metas nacionais, o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais define os objectivos de cobertura de 95% da população pelo sistema de abastecimento de água e de 90% pelo de saneamento. Sever do Vouga fica bastante aquém destas metas, sobretudo no que respeita à rede de saneamento com apenas 20% de cobertura. Importa por isso encontrar estratégias inovadoras para atingir o objectivo principal de gerir a água, aos vários níveis: assegurando o equilíbrio ecológico associado aos recursos hídricos, garantindo um abastecimento contínuo, eficiente e com boa qualidade, assegurando que o tratamento das águas residuais é realizado da melhor forma e promovendo a redução do consumo e a utilização eficiente da água.

A educação e uma maior consciencialização do consumidor em matéria de consumo de água e eficiência, serão também pontos a abordar neste plano de acção.

2. Linhas de Acção

- Valorizar os recursos hídricos, bem como as margens das linhas de água e albufeiras, através de:
 - Limpeza periódica das margens das linhas de água e recuperação da vegetação ripícola degradada, sobretudo nas margens do rio Vouga;
 - Identificar, controlar e extinguir as descargas poluentes e/ou outros focos de poluição;
 - Promover a ligação dos sistemas de saneamento à rede pública de drenagem e tratamento de águas residuais, estudando mecanismos de incentivo;
 - Prosseguir com a construção de infra-estruturas que assegurem a cobertura total do concelho no que respeita aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.
- Instalar contadores para regular as quantidades de água captada, quer pelos sistemas públicos, quer nas captações exploradas por particulares (poços, furos);
- Identificar as perdas de água nos sistemas de abastecimento e tratamento, mantendo acções de fiscalização periódicas e corrigindo as falhas;
- Contabilizar o consumo de água nos edifícios e equipamentos públicos, na rega e nos fontanários, separadamente;
- Garantir a qualidade da água de consumo humano:
 - Elaborar um plano de monitorização da qualidade da água dos fontanários e proceder à colocação de torneiras com temporizador para evitar perdas;
 - Incentivar as entidades gestoras dos sistemas de abastecimento das freguesias de Rocas do Vouga, Paradela, Cedrim e Talhadas a pôr em

prática os planos de monitorização da qualidade da água para consumo humano, obrigatórios por lei;

- Implementar medidas de ecoeficiência, que sirvam a comunidade, através de:
 - Realizar auditorias aos edifícios e equipamentos públicos, de forma a identificar situações de perda ou ineficiência;
 - Promover a utilização de soluções técnicas que contribuam para uma redução do consumo de água, nomeadamente ao nível das torneiras e autoclismos em edifícios e equipamentos, sistemas automáticos de rega dos jardins, entre outros.
 - Estudar a hipótese de utilização das “águas cinzentas” (águas residuais domésticas) na rega de espaços verdes e limpeza das ruas;
 - Implementar sistemas para aproveitamento de águas pluviais, em novos edifícios e equipamentos públicos;
- Garantir as condições necessárias ao funcionamento das zonas ribeirinhas utilizadas como zonas balneares, nomeadamente a Cascata da Cabreia e a Praia do Rôdo, através da:
 - Monitorização da qualidade das águas utilizadas como balneares e disponibilização da informação ao público, durante a época balnear;
 - Presença de um nadador salvador, durante a época balnear.
- Criar parcerias com as escolas, associações e outras entidades para a realização de acções de sensibilização que alertem a comunidade para a necessidade de preservação da água, redução do consumo e ecoeficiência.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IA01 - Consumo de água per capita

IA02 - População servida por sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais

IA03 - Nº sistemas de aproveitamento de água

IA04 - População com acesso a água potável regularmente monitorizada

IA11 - Área requalificada

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Sever do Vouga
- Juntas de Freguesia
- Associações locais

1º Objectivo Operacional

Valorizar o Equilíbrio Ambiental

Plano de Acção 03

Promover a Responsabilidade Climática

1. Objectivos Gerais

Os municípios devem envolver-se activamente, naquela que é uma das questões mais importantes da actualidade – as Alterações Climáticas - e cuja escala dos impactes e acções, será e deverá ser, tanto ao nível local como global.

O primeiro passo foi dado pela comunidade internacional e consistiu em assumir um compromisso de redução das emissões de gases com efeito de estufa através da ratificação do Protocolo de Quioto.

Para o seu cumprimento, é necessária uma acção concertada a várias escalas, e reais mudanças a nível de gestão e de política, bem como e nos nossos estilos de vida. A nível local, as autarquias devem assumir o compromisso da responsabilidade climática, dispondo de inúmeras possibilidades de acção, que vão desde melhorias de eficiência energética nos serviços administrativos, e espaços em sua gestão, à promoção da Cidadania e ao envolvimento dos vários actores.

É urgente, promover um modelo alternativo ao modelo actual, onde a utilização da energia é feita como se não existissem limites. Os impactes do modelo vigente são mais do que “apenas” impactes ambientais. Serão e já estão a ser, impactes com elevados custos sociais e económicos.

O novo modelo, passa pelo uso das energias renováveis, novos hábitos de consumo, e estilos de vida, privilegiando a eficiência energética e a utilização racional da energia.

As fontes de energia renováveis são ainda pouco utilizadas devido aos custos de instalação, mas principalmente, ao desconhecimento e falta de sensibilização para o tema, por parte dos consumidores e dos municípios.

2. Linhas de Acção

- Medidas de Eficiência Energética nos edifícios e espaços públicos:
 - Sensibilizar os funcionários públicos para o uso racional da energia;
 - Aplicar técnicas de construção que maximizem o aproveitamento da energia do sol e minimizem perdas energéticas nos edifícios, quando em fase de projecto;
 - Melhorar as condições de isolamento térmico dos edifícios já existentes;
 - Implementar um Sistema de Gestão Ambiental na Autarquia, Identificar actividades, equipamentos e procedimentos, com baixa eficiência energética e oportunidades de melhoria, nomeadamente:
 - Substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes;
 - Utilização de sensores de movimento para accionar os sistemas de iluminação em zonas de baixa frequência ou de passagem, nos edifícios públicos;
 - Identificar como critério para aquisição de equipamentos eléctricos, baixos consumos de energia;
 - Promover a eficiência na iluminação pública, com a substituição por lâmpadas fluorescentes (<http://www.e-streetlight.com/>).
- Promover a mobilidade sustentável:
 - Contemplar como critérios, nas (futuras) aquisições de veículos, critérios de utilização de biocombustíveis e baixos consumos;

- Promover o conceito e a prática de eco-condução:
 - Junto das escolas de condução
 - Edição de guias de eco-condução no boletim Municipal.
- Promover um “Concelho” Ecoenergético:
 - Elaborar um guia de boas práticas domésticas e nas empresas, baseado nas medidas integradas em projectos, como Eco-casa (nacional) www.ecocasa.org e EconHome (internacional) <http://www.econhome.net/>;
 - Organizar sessões públicas e *workshops* temáticos direccionados a públicos-alvo;
 - Realizar acções de rua temáticas promovidas em momentos específicos (ex.: Dia Nacional da Energia, Semana Europeia da Mobilidade), e que permitem um contacto directo com os munícipes.
- Criar na Câmara Municipal um gabinete de Info-Energia que:
 - Disponibilize um serviço de atendimento ao público, visando o esclarecimento de dúvidas e questões sobre aspectos energéticos (ex. utilização de sistemas solares térmicos, sistemas de aquecimento doméstico, aspectos construtivos das habitações, entre outros).
 - Promova as boas práticas de eficiência energética e de integração das energias renováveis em edifícios não residenciais, através da adesão voluntária das entidades ao Programa GreenBuilding da Comissão Europeia e da divulgação da Directiva 2002/91/CE (desempenho energético dos edifícios).
- Produzir Energia Localmente:
 - Instalar equipamentos de produção de energia. A forma de produção activa apresenta duas formas de transformação, por conversão térmica e por conversão eléctrica:

- o Energia solar térmica, utilizada para aquecimento de grandes quantidades de água (normalmente em balneários, piscinas, cantinas,...);
- o Energia solar fotovoltaica, conversão de energia solar em electricidade através de células fotovoltaicas. A electricidade produzida pode ser consumida na habitação e/ou vendida à rede pública de distribuição de energia. (www.energaia.pt/poupe.php; www.aguaquentesolar.com; www.spes.pt)

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IA07 - Produção de energia por fontes renováveis

IA08 - Implementação de medidas de eficiência energética em edifícios e iluminação pública

IA09 - Equipamentos e veículos adquiridos com critérios de eficiência energética

IA10 - Nº de acções de promoção de ecoeficiência, para a comunidade

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Sever do Vouga
- Juntas de Freguesia
- Agência de Energia
- Empresas
- Sociedade Civil

1º Objectivo Operacional
Valorizar o Equilíbrio Ambiental
Plano de Acção 04
Promover a mobilidade sustentável

1. Objectivos Gerais

Este plano de acção reflecte uma das fragilidades sociais identificadas, e porventura uma das mais discriminadoras do concelho: a insuficiência do sistema de transportes públicos existente, aliada às dificuldades financeiras em suportar este serviço, pelo número reduzido de utilizadores regulares do serviço actual.

“Tanto a mobilidade pessoal quanto a de cargas se encontra num nível sem precedentes para a maior parte da população no mundo desenvolvido. No entanto, a mobilidade pessoal varia significativamente com a idade, renda e localização.(...)” Esta, é uma realidade discrepante e discriminadora em pleno Século XXI, e um desafio com que nos deparamos tanto no meio urbano como no meio rural.

A acessibilidade aos serviços é uma necessidade e um direito para o qual devem ser exploradas todas as oportunidades e a utilização da criatividade para o encontro de soluções.

2. Linhas de Acção

- ❑ Realizar um estudo de necessidades de mobilidade em todas as freguesias do concelho;

- Estudar opções de optimização dos circuitos realizados pelos transportes da autarquia e outras entidades e das possibilidades de serviço de transporte comunitário;
- Difundir e criar condições para o estabelecimento de parcerias ou redes de partilha de boleias.
 - Sensibilizar funcionários públicos e cidadãos em geral, para as vantagens do uso racional e partilha do transporte privado, conceito denominado por *car pooling*. Este conceito, aplica-se em viagens de trabalho e é principalmente vantajoso quando os transportes públicos são limitados. Exemplos de procedimentos a seguir:
 - determine uma rota e um horário. Estabeleça os pontos de recolha matinal e designe pontos de encontro para a viagem de regresso a casa;
 - seja pontual, decida com o grupo quanto estão dispostos a esperar por um passageiro;
 - estabeleça um custo a partilhar entre os passageiros, bem como a rotatividade de condução;
 - procure estacionamento gratuito ou preferencial junto da sua empresa;
 - Dê algum tempo para que o esquema do percurso partilhado esteja a funcionar. Normalmente leva algumas semanas para que entre completamente na rotina. A maioria das pessoas que aderem a este esquema descobre que realmente gosta da companhia dos seus colegas ou amigos de boleia e descobre nela um benefício que não tinha previsto.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IS01 - N.º de utilizadores do sistema de car-pooling por freguesia

4.Principais Intervenientes

- Câmara Municipal
- Juntas de Freguesia
- Empresas de Transportes da região
- Comunidade

1º Objectivo Operacional
Valorizar o Equilíbrio Ambiental
Plano de Acção 05
Aproximar a comunidade do rio e da floresta

1. Objectivos Gerais

Sever do Vouga é um concelho com importantes elementos naturais, uma floresta e um rio que marcam a sua paisagem e identidade.

A necessidade de competitividade económica e a protecção do ambiente, são neste concelho e noutras regiões, motivo de frequentes conflitos e um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável.

A possibilidade de experiências de contacto com a natureza, é um factor fundamental na qualidade de vida e desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades. A riqueza destas experiências, pode ser estruturante na criação dos seus valores éticos e sociais. É por isso, fundamental apostar no aumento da proximidade do homem à natureza, procurando primeiro melhorar o estado de conservação desta e aumentando as possibilidades de experiências.

Este plano de acção, foca-se na conservação da natureza, como elemento fundamental do desenvolvimento rural sustentável, e um importante aspecto fundamental do novo modelo necessário, que explore novas formas de relação entre a sociedade e a natureza.

A valorização dos recursos naturais, em particular a floresta e o rio Vouga, no Concelho de Sever do Vouga, deve ser tida em conta nos processos de decisão, como valores ambientais, paisagísticos e estratégicos, e factor potenciador de múltiplos benefícios, tangíveis e intangíveis, ambientais, sociais e económicos.

Nomeadamente: bem estar, melhoria da qualidade de vida e saúde, melhoria da qualidade de oferta turística e criação de emprego, protecção do solo e da água, luta contra a erosão, desertificação e os riscos naturais.

O rio Vouga, apresenta uma vegetação ripícola mal conservada principalmente devido à pressão humana, nas áreas adjacentes. Como principais factores de ameaça foram identificados: florestação intensiva na envolvente; forte pressão agrícola; poluição industrial no troço final e a regularização do curso de água com a potencialidade de construção de obras hidráulicas de grande envergadura.

Os rios constituem elementos preponderantes neste tipo de redes, quer pelo seu carácter linear e estruturador da paisagem, quer pela activação biológica associada à presença da água e ecossistemas ripícolas, quer pela existência de património cultural e humanizado testemunhando uma adequação mútua sociedade/natureza.

Na floresta, encontramos um eucaliptal quase contínuo, e uma presença muito reduzida da flora autóctone, e logo pobre em biodiversidade e pouco interessante como local para passeios e contacto com a natureza.

2. Linhas de Acção

- Identificação de zonas para intervenções de requalificação da vegetação ripícola, nomeadamente:
 - Identificar as principais fontes de poluição (actividades em áreas adjacentes) do rio e prioridades de intervenção;
 - Definir acções de despoluição e limpeza de margens;
 - Selecção de espécies e métodos apropriados para revegetação.
- Proteger zonas ripícolas intactas ou em boas condições;
- Concepção e manutenção de espaços públicos de qualidade que permitam a fruição, e aproximação ao rio:

- Identificar zonas de qualidade para a prática balnear;
 - Sinalizar acessos;
 - Dotar estas zonas com os equipamentos de apoio necessários.
- Melhorar a qualidade dos espaços florestais, vocacionando-os para actividades de lazer e recreio, através:
- Sensibilização dos proprietários florestais para a diversificação das espécies florestais, melhorando a qualidade paisagística dos espaços e reduzindo o risco de incêndio;
 - Identificar zonas de potencial qualidade para a fruição da floresta;
 - Realizar campanhas de reflorestação com espécies autóctones;
 - Dotar essas zonas de infra-estruturas de apoio e de recreio nomeadamente pela criação e manutenção de parques de merendas; de infra-estruturas desportivas que promovam a prática de desporto de natureza, radicais e de orientação;
 - Sinalização de ciclo-pistas e caminhos pedonais que promovam o contacto directo com a natureza;
 - Elaborar um código de conduta para a utilização dos espaços florestais de lazer e divulgá-lo;
 - Realizar periodicamente acções de limpeza da floresta, contando com a participação de voluntários;

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IA11 - Área requalificada

IS02 - N.º de projectos de qualificação de zonas de lazer

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal
- Juntas de Freguesia
- Produtores florestais
- Associações locais
- Escolas
- Voluntários

2º Objectivo Operacional

Reforçar a competitividade empresarial e diversificar a base económica

Plano de Acção 06

Qualificar os recursos humanos

1. Objectivos Gerais

A qualificação dos recursos humanos é um factor determinante para a competitividade das actividades económicas e por consequência, para a capacidade de um concelho atrair e manter actividades económicas de maior valor acrescentado, logo de maior produtividade e, portanto, capazes de proporcionar um melhor nível de vida aos trabalhadores.

A valorização do potencial humano deve ser uma prioridade do Município de Sever do Vouga, assegurando uma maior adaptação entre as necessidades de qualificação sentidas pelas actividades económicas e as competências manifestadas pela população activa, mas acautelando igualmente uma capacidade de resposta a necessidades formativas crescentemente exigentes e de maior complexidade técnica e tecnológica.

Uma alteração da estrutura da população, no que diz respeito aos seus níveis de escolaridade e formação, é também condição essencial ao Desenvolvimento Sustentável do município e também um meio para o desenvolvimento da economia local, pela criação de novos negócios, aumento do emprego e do tecido empresarial com efeitos positivos na melhoria da qualidade e nível de vida da população.

2. Linhas de Acção

- Pôr em prática as linhas de intervenção propostas no âmbito da Carta Educativa e Diagnóstico Social do Concelho;
- Potenciar as relações e papéis da família e da escola, na educação e formação, através do envolvimento da família e da comunidade nas actividades escolares;
- Adequar a formação e a orientação escolar (oferta) para as áreas de actividades e mercado (procura) existentes no concelho;
 - Elaborar, em parceria com as empresas, um levantamento e prospectiva das necessidades formativas, envolvendo-as no desenvolvimento dos conteúdos programáticos;
 - Promover o ensino profissionalizante nas áreas de procura do concelho; e áreas de futuro, como o turismo e ambiente;
 - Estabelecer parcerias com empresas do município, para promover formação em contexto de trabalho;
- Promover a formação contínua e a aprendizagem ao longo da vida, fortemente associada à necessidade de adaptação ao mercado de trabalho:
 - Promover acções de formação e acreditação de competências adquiridas ao longo da vida, através do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.
- Promover a cooperação entre as unidades de formação e os proprietários florestais; promover os conhecimentos e capacidades necessárias que permitam assegurar uma gestão sustentável das florestas.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

ICI01 – Cursos de formação profissional

ICI02 - Nº de formandos em cursos de formação, em diversas áreas

ICI03 - Número de certificações de competências (RVCC)

ICI04 - Grau de integração dos formandos no mercado de trabalho

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal
- Conselho Local de Acção Social
- Escolas
- Empresas
- IEFP
- VougaPark

2º Objectivo Operacional

Reforçar a competitividade empresarial e diversificar a base económica

Plano de Acção 07

Desenvolver serviços de apoio à competitividade empresarial

1. Objectivos Gerais

A aposta do município no que respeita à actividade económica deverá incidir na promoção do empreendedorismo, como meio de dinamização da comunidade, construindo um concelho voltado para as pessoas, em que a modernidade, a inovação e a competitividade são factores-chave do sucesso.

Pretende-se criar estruturas que facilitem o acesso à informação e o acompanhamento de processos ligados ao empreendedorismo, inovação e qualidade estabelecendo a ligação com o tecido empresarial local. O Concelho tem demonstrado interesse nesta área, nomeadamente pelo desenvolvimento de projectos ligados à formação nomeadamente o do VougaPark e na sensibilização e apoio ao empreendedorismo, nomeadamente através do CRER (Centro de Recursos e Experimentação).

Um dos sectores económicos com elevado potencial em Sever do Vouga é a floresta, onde importa melhorar a competitividade a longo prazo e aumentar a utilização sustentável dos produtos e serviços florestais. Só através da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da diversificação, da inovação e do investimento na qualidade do emprego e no capital humano será possível desenvolver um sector dinâmico, capaz de enfrentar os desafios colocados pelas alterações globais.

Os serviços de apoio às empresas, nomeadamente no que respeita à logística, aos serviços de consultoria, qualificação de recursos humanos e de incentivo à investigação, inovação e ao empreendedorismo são algumas das propostas deste plano de acção.

2. Linhas de Acção

- Promover o empreendedorismo, através de acções de formação em áreas funcionais das empresas: competências básicas de gestão, de marketing e comercialização, relações públicas e de línguas estrangeiras;
- Promover a Qualidade e Inovação dos produtos e serviços Locais:
 - Providenciar formação em sistemas de gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (Normas de Certificação ISO 9001, ISO14001 e OHSAS18001);
 - Promover a inovação, o desempenho organizacional, e o teambulding através da formação em outdoor;
 - Criar e atribuir prémios de excelência e inovação, a iniciativas e empresas locais;
- Fomentar o desenvolvimento de projectos conjuntos entre empresas organizadas em associações (por exemplo dentro do mesmo sector de actividade);
- Potenciar parcerias e redes de cooperação entre empresas, nomeadamente ao nível da partilha de competências;
 - Criação de uma carta de competências das empresas.
- Apoio à comercialização de produtos locais de qualidade:
 - Criação de uma estratégia de marketing;
 - Criação de um portal on-line para divulgação e venda;
 - Criação de estruturas para venda permanente;

- Dinamização de mercados e feiras com produtos regionais;
- Dinamização e participação em feiras temáticas, mostras de actividades e outros eventos de cariz comercial, para promoção do concelho e suas actividades;
- Apoiar os jovens empresários no desenvolvimento das suas ideias de negócio;
- Melhorar a competitividade a longo prazo no que respeita ao sector florestal, aumentando a utilização sustentável dos produtos e serviços florestais:
 - Incentivar a investigação e o desenvolvimento tecnológico, a fim de aumentar a competitividade do sector;
 - Favorecer a cooperação entre os proprietários florestais, a indústria e os outros intervenientes para criar novos produtos, processos, tecnologias e mercados eficientes;
 - Incentivar os investimentos a fim de aumentar o valor económico das florestas;

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IE01 - N.º de acções de divulgação e promoção do concelho

IE02 - N.º de empresas que aderiram à Carta de competências

ICI05 - Investigação e desenvolvimento empresarial

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal
- Associações empresariais
- Associação para a Gestão, Inovação e Modernização do Centro Urbano de Sever do Vouga (AGIM)

- Associações de produtores
- Entidades formadoras

2º Objectivo Operacional

Reforçar a competitividade empresarial e diversificar a base económica

Plano de Acção 08

Impulsionar a gestão sustentável e multifuncional da floresta

1. Objectivos Gerais

Sever do Vouga possui uma vasta área florestal, essencialmente constituída por eucalipto e pinheiro e com uma função essencialmente produtiva, para produção de madeira e seus derivados, representando cerca de 20% da indústria do concelho. A gestão sustentada da floresta e multifuncional, é essencial para manter o equilíbrio ecológico local e ao mesmo tempo rentabilizar as produções, revertendo-se em ganhos económicos para os proprietários florestais.

A prática de silvicultura multifuncional proporciona assim, benefícios económicos, ambientais, sociais e culturais. Fornece matérias-primas renováveis e respeitadoras do ambiente e desempenha um papel importante no desenvolvimento económico, no emprego e na prosperidade, em especial nas zonas rurais.

As florestas saudáveis, contribuem para uma melhor qualidade de vida, pois proporcionam um ambiente agradável, oferecem possibilidades de lazer e benefícios para a saúde, ao mesmo tempo que mantêm e melhoram os recursos ambientais e os valores ecológicos.

Num regime de propriedade essencialmente privada e muito fragmentada, como é o de Sever do Vouga, torna-se necessário encontrar estratégias que potenciem uma gestão mais sustentável da floresta, nomeadamente fomentando o associativismo florestal e combatendo a monocultura, promovendo a reconversão dos povoamentos e a reflorestação com espécies autóctones. A diversificação das funções da floresta e dos produtos a explorar é também uma potencialidade e Sever do Vouga possui condições para o fazer.

2. Linhas de Acção

- Promover uma gestão florestal sustentável, abrangendo diversas áreas de intervenção, entre elas a diversificação das actividades económicas e formas de associativismo na gestão dos espaços privados, através de:
 - Incentivo à diversificação das actividades económicas dependentes da floresta e apoio à sua comercialização. ex.: cogumelos, mel, bagas etc..
 - Incentivo à exploração de actividades de lazer como: caça, passeios, turismo ecológico;
 - Divulgação e apoio à certificação de produtos de Gestão Florestal Sustentável;
 - Divulgação das boas práticas de gestão florestal, e criação de um código de boas práticas, a distribuir junto dos proprietários florestais;
 - Promover o aumento da produtividade, através da melhoria da qualidade técnica e genética dos povoamentos existentes, conversão e diversificação dos povoamentos;
 - Promoção do associativismo florestal e incentivo à formação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) nas áreas de maior fragmentação da propriedade, o que pode passar por:
 - Realizar campanhas de sensibilização alertando para os objectivos, vantagens, requisitos e obrigações da criação de ZIF's;
 - Incentivar o desenvolvimento de Planos de Gestão Florestal (PGF) nas explorações;
 - Desenvolver projectos de reflorestação nas áreas de baldios como forma de exemplo de boas práticas e recuperação de habitats perdidos;

- Promover visitas técnicas a explorações florestais que constituam exemplos de boas práticas ao nível da gestão, para que as suas práticas possam ser adoptadas por outros proprietários;
- Fomentar a criação de parcerias com entidades privadas (ex.: Bancos, empresas), no âmbito da responsabilidade social ou climática, para promover projectos de requalificação da floresta do Concelho.
- Promover o aproveitamento da biomassa florestal para produção de energia:
 - Criar um sistema de recolha e armazenamento dos resíduos florestais, dentro do concelho ou nos arredores (conforme se verificar viável);
 - Encaminhar os resíduos (após fragmentados) para a central de biomassa mais próxima;

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IE03 - Produção de produtos florestais não lenhosos

IE04 - Área florestal com plano de gestão florestal, Zonas de Intervenção Florestal e Área florestal certificada

IA11 - Área requalificada

4. Principais Intervenientes

- Gabinete Florestal – Câmara Municipal
- Juntas de Freguesia
- Cooperativa Agrícola de Sanfins
- Proprietários florestais
- Associações de compartes

2º Objectivo Operacional

Reforçar a competitividade empresarial e diversificar a base económica

Plano de Acção 09

Promover uma Estratégia de Turismo Natureza

1. Objectivos Gerais

De acordo com o Plano Estratégico Nacional de Turismo “a qualidade urbana, ambiental e paisagística deverá tornar-se numa componente fundamental do produto turístico para qualificar e valorizar o destino Portugal”.

O sucesso de um destino turístico depende muito das condições que este lhe oferece, nomeadamente o contacto com a natureza, a tranquilidade, bem como as sensações que esse local pode proporcionar ao visitante.

Em Sever do Vouga o Turismo tem potencialidades que podem gerar na economia local efeitos multiplicadores, quer gerados directamente pelas empresas ligadas ao turismo, como as unidades hoteleiras e os restaurantes, quer gerados pelo fornecimento indirecto do comércio e serviços locais. O efeito de conjunto também não deve ser desprezado, pelo que a criação de parcerias para a promoção ou criação de produtos turísticos com concelhos vizinhos é também uma aposta positiva.

Para Sever do Vouga as actividades turísticas ligadas à natureza são as que têm maiores potencialidades de exploração, pelo que se torna necessário dotá-las de capacidade de afirmação e competitividade, assegurando a sua compatibilização com a preservação dos valores naturais existentes. A competitividade depende não só da preservação natural dos locais, como da existência de complementaridade entre actividades, nomeadamente produtos tradicionais locais, artesanato, gastronomia e actividades desportivas e de animação, bem como da qualificação de recursos humanos, capacitando-os para “a arte de bem receber”.

O Turismo Sustentável deverá estar no centro da estratégia de desenvolvimento do concelho, tornando-se um instrumento de salvaguarda do território e de recuperação de tradições, mas constituindo simultaneamente uma fonte de emprego rendimento e riqueza para a comunidade em geral, pelos efeitos multiplicadores que gera na economia da região.

2. Linhas de Acção

- Promover o reconhecimento por parte da comunidade da importância do Turismo como actividade proporcionadora de oportunidades de negócio e desenvolvimento da economia local, através de:
 - Sensibilização para o empreendedorismo e fomento ao investimento privado no Turismo em Espaço Rural, concedendo apoio técnico no licenciamento das actividades e na recuperação de habitações (para as modalidades turísticas que assim o exijam);
 - Conceder apoio técnico no licenciamento dos espaços de utilização turística, em termos de legislação aplicável, modalidades abrangidas e os passos necessários para realizar o processo de licenciamento;
 - Divulgar o “Manual do investidor em Turismo de Natureza”, disponível no site do Instituto de Conservação da Natureza, alargando-o por exemplo para outras áreas específicas do turismo;
 - Conservar as zonas de interesse natural e recuperar as zonas degradadas, que servem de palco a actividades turísticas, nomeadamente junto do rio Vouga;
- Consolidar a imagem de Sever do Vouga, como destino turístico de qualidade:
 - Prosseguir com o plano de Marketing Territorial desenvolvido pela AGIM, criando uma imagem de qualidade para o concelho;

- Qualificar os recursos humanos, direccionando-os para o acolhimento dos visitantes;
 - Fomentar nas unidades turísticas a adopção de práticas de gestão ambiental (*guia de boas práticas ambientais*), caminhando no sentido de uma certificação em Turismo Sustentável;
 - Certificar os produtos agro-alimentares locais que tenham maiores potencialidades, transformando-os em atractivos turísticos relevantes;
 - Promover a adesão do município a redes de Turismo sustentável;
 - Criar um Guia do Turista Sustentável disponível no posto de turismo (à semelhança do desenvolvido pelo ICLEI (<http://www.iclei-europe.org/>)).
- Tornar a vila de Sever do Vouga um local vocacionado para o turista:
- Promover a sua requalificação urbanística, através de apoios à pintura de fachadas e recuperação de imóveis degradados;
 - Dinamização do comércio local e dos estabelecimentos de restauração e hotelaria, tornando-os mais atractivos e competitivos;
 - Prosseguir o incentivo à instalação de serviços vocacionados para o visitante/turista, nomeadamente:
 - Restauração com gastronomia típica;
 - Alojamento (nas modalidades incluídas em Turismo no Espaço Rural);
 - Venda de artesanato e de produtos locais com qualidade;
 - Agenda cultural diversificada;
- Criar pacotes turísticos apelativos, como circuitos multi-temáticos, em que se conjugam diferentes actividades, e programas de férias e fins-de-semana desportivos (por exemplo: caminhada – visitas arqueológicas – gastronomia – provas de produtos regionais - actividades desportivas no rio).

- Incentivar a realização de provas desportivas regionais e supra-regionais, em diversas modalidades;
- Criar uma bolsa de guias da natureza e do património arqueológico, para realização de percursos temáticos em locais de interesse no concelho (Arestal, Antas, Estrada Romana...) e na sua envolvente (Serra da Freita, Arada e Gralheira);
- Manutenção de infra-estruturas de recreio e lazer existentes, como sejam parques de merendas, miradouros e outros, que constituem o apoio aos locais de interesse.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IE05 - Número de participantes em actividades de desporto de natureza

IE06 - Capacidade de alojamento por tipologia

IE08 - N.º de percursos de natureza

IE07 - N.º de serviços turísticos que adoptam práticas de gestão ambiental

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Sever do Vouga
- Região de turismo da Rota da Luz
- Unidades hoteleiras
- Empresários locais

3º Objectivo Operacional

Consolidar a Atractividade do Concelho

Plano de Acção 10

Fortalecer a Identidade Local

1. Objectivos Gerais

Com este plano pretende-se transmitir a necessidade de valorização do concelho de Sever do Vouga, pelos seus habitantes, fazendo-os acreditar nas potencialidades que este território possui. Para isso torna-se necessário, por um lado, promover o conhecimento das especificidades do seu concelho, elevando a sua auto-estima e por outro lado valorizar a sua localização territorial de concelho do litoral, mas com fortes características rurais. É também indispensável que a população de Sever do Vouga interiorize uma atitude de preservação e valorização dos recursos endógenos, das suas tradições e do seu know-how em determinadas actividades. A valorização da identidade constitui assim um instrumento para a criação de actividades locais inovadoras, geradoras de emprego e com capacidade de reter e atrair população, condição essencial para o desenvolvimento de uma comunidade de forma sustentável.

Por outro lado, o sentimento de pertença a uma comunidade depende do grau de satisfação dos cidadãos em relação aos valores estabelecidos, às tradições locais e à perspectiva de futuro na sociedade onde se inserem, em suma, ao sentimento de bem-estar traduzido em qualidade de vida, que é percebido. Assim, deve ser objectivo fundamental o reforço da confiança na capacidade de futuro da comunidade. Este sentimento de pertença quando assumido na sua plenitude pode ser utilizado em prol da comunidade por exemplo na intervenção e preservação do património natural e cultural e na congregação de esforços colectivos para atingir determinados objectivos sociais.

2. Linhas de Acção

- Desenvolver acções que estimulem o conhecimento da identidade territorial local:
 - Recuperação e divulgação de tradições locais;
 - Realização de debates sobre “O que é ser Severense”;
 - Realização de um concurso fotográfico que deverá premiar a fotografia que melhor descreva a Identidade do concelho;
 - Elaboração de um livro sobre as tradições gastronómicas ou receitas tradicionais locais e divulgá-lo junto das unidades turísticas da região;
 - Recriação das lendas alusivas ao concelho ou dos seus eventos históricos, à semelhança do que é feito para a entrega da Carta de Foral;
- Valorização das características rurais do concelho:
 - Criação da “Semana do mundo rural” em que se realizam diversas actividades como sejam feiras, mostras gastronómicas, actividades lúdicas e desportivas;
 - Realização de um “rallypaper” percorrendo os percursos dos moinhos de água e dos espigueiros;
- Criar uma estratégia de divulgação e promoção para o concelho, realçando as suas potencialidades endógenas nomeadamente:
 - Potencialidades naturais como a paisagem, associada à água e ao verde valorizando o rio Vouga, as cascatas e a Serra do Arestal;
 - Património histórico e arqueológico como as antas e mamoaas e a via romana;
 - Património arquitectónico e religioso: igrejas e alminhas, Casa da Aldeia;

- Património etnográfico: os moinhos e os espigueiros, espólio associado às minas do Braçal;
 - Gastronomia e produtos de qualidade: a lampreia e a vitela, o mirtilo, o mel, as compotas e enchidos, entre outros;
 - Artesanato.
- Envolver as associações locais e as escolas na organização e participação das acções propostas;

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IS03 - N.º de eventos relacionados com as tradições

IE01 - N.º de acções de divulgação e promoção do concelho

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal
- Associações locais
- Escolas
- Empresas ligadas ao turismo (unidades hoteleiras, restaurantes, empresas de desporto aventura)

3º Objectivo Operacional

Consolidar a Actratividade do Concelho

Plano de Acção 11

Sensibilizar, Informar e Envolver

1. Objectivos Gerais

A apropriação dos princípios e objectivos da Agenda 21 Local, pela comunidade, é crucial para o sucesso da implementação dos planos propostos e consequentemente do Desenvolvimento Sustentável Local.

Este processo de apropriação e reconhecimento, está dependente da Sensibilização da comunidade para estes temas e da Comunicação dos objectivos e metas estabelecidos para o Desenvolvimento do Concelho. A comunicação deverá ser transparente e eficaz, com o intuito de legitimar o processo e mobilizar os diferentes intervenientes para a participação na sua concretização, uma vez que para cada uma das propostas será necessária coordenar a acção de vários actores e partilhar responsabilidades.

Uma boa estratégia de comunicação é, então crucial para aproximar a população dos processos e a motivá-la a envolver-se nas tomadas de decisão e nos processos, principalmente quando estes afectam a sua qualidade de vida.

A educação cívica constitui, por outro lado, uma forma privilegiada para a sistematização e consolidação das diferentes questões relacionadas com a cidadania, pela criação de um conjunto de boas regras que facilitam a vida em comunidade. Isto pressupõe que cada pessoa seja capaz de partilhar os valores sociais que guiam as suas acções, encetar acções que contribuam para o bem-

estar pessoal e da comunidade e que estimulem e desafiem a participação e a forma de estar na sociedade.

Neste sentido, a educação cívica torna-se um factor pertinente, contribuindo para o melhoramento da cultura social do cidadão dando-lhe competências para participar de uma forma activa, livre, consciente e responsável, melhorando o seu desempenho como cidadão.

2. Linhas de Acção

Sensibilizar e Educar

- Dar a conhecer os recursos naturais do Concelho e garantir que a sociedade reconhece devidamente os benefícios de uma gestão sustentável da floresta e do rio, através de:
 - campanhas de educação e informação sobre o ambiente, nomeadamente as destinadas às crianças (iniciativas como "Escolas nas florestas" ou "Centros de educação florestal");
 - organizar eventos com visibilidade, como a "Semana da floresta", "Semana do Rio Vouga" ou o "Dia da floresta", a fim de sensibilizar a opinião pública para os benefícios de uma gestão sustentável das florestas e do rio;
 - Sensibilizar e educar para o ambiente através de uma Eco-teca itinerante;
- Envolver a comunidade em actividades participativas que promovam o respeito pelo meio ambiente, como plantação de árvores, limpeza das matas e vigilância de incêndios, recolha de lixo nas margens do rio, entre outros, através de:
 - Campos de férias, realização de jogos e acções interactivas para jovens;
 - Trabalho Jovem em Férias (envolvimento remunerado e responsabilização dos jovens em actividades de requalificação e limpeza do Concelho);
 - Programa Eco-cidadania – Ambiente no dia-a-dia;

- Prémios para grupos com maior dinâmica e desempenho mais pró-activo nestas actividades;
- Implementar a Agenda 21 Escolar:
 - Envolver toda a comunidade escolar (alunos, professores, encarregados de educação, auxiliares) no projecto, definição de temas e actividades a desenvolver.
 - Divulgar eficazmente progressos do projecto.(reuniões de pais, jornal local, boletins municipais, site da autarquia e outros meios de comunicação).
- Sensibilizar a comunidade para o Consumo e Produção Sustentáveis, nomeadamente:
 - Editar o Guia do Consumidor Responsável;
 - Incentivar a produção e certificação de produtos biológicos, realizando feiras periódicas para escoamento deste tipo de produtos;
- Promover projectos e actividades que possibilitem o contacto entre Idosos e Crianças, obtendo deste modo, benefícios múltiplos, tanto no desenvolvimento e valores das crianças, como na animação e valorização do papel do idoso na sociedade.
- Apoiar actividades desenvolvidas pela sociedade civil (apoio na divulgação, convite a especialistas para dinamizar debates e conferências, infra-estruturas, etc..)

Informar e Envolver

- Definir *Plano de Actividades*, com calendário, meios necessários, e principais actores a convidar, para cada Sessão temática/Plano de Acção.
- Definir um *Plano de Comunicação*, com os Princípios, Objectivos e fases do Processo da Agenda 21, no sentido de atrair a colaboração e participação da população na sua implementação.

- Realizar estudo do *Perfil da Comunidade*, de forma adaptar as actividades e a comunicação ao receptor pretendido (número de habitantes e densidade populacional por zonas; a composição etária da população; os principais meios de acesso à informação; número e tipo de organizações não governamentais e de associados; o interesse prévio pelas questões ambientais, sociais e económicas,...);
- Realização de *Parcerias com Meios de Comunicação locais* (rádio e jornais locais e regionais e Boletim do Município), para a transmissão de um programa periódico e publicação de uma coluna especificamente dedicada à Agenda 21 Local. (artigos de opinião, informações sobre fases de implementação do processo da Agenda 21 Local,...);
- Edição de *Materiais de Sensibilização*, para comunicação e difusão de conceitos e pressupostos associados ao desenvolvimento Sustentável, junto da comunidade (folhetos sobre a Agenda 21 Local; exposição interactiva e itinerante para informar a população sobre o processo de implementação da Agenda 21 Local,...);
- Criação de uma *página na Internet* que centralize todas as informações relativas à Agenda 21 Local, informe sobre estado de implementação e sirva também de fórum de discussão.
- Realização de *Fora*, com apresentação de cada Plano de Acção, discussão e criação de grupos de trabalho. Definição de responsabilidades por actividade calendarização das acções e plano de monitorização.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IS04 - N° de actividades de educação cívica

IS05 - N° de escolas que implementaram a agenda 21 escolar

IS06 - N° de acções de divulgação e sensibilização da comunidade para a Agenda 21

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal
- Juntas de Freguesia
- Escolas
- Meios de comunicação locais
- Associações de desenvolvimento local
- Escuteiros e grupos de jovens
- Instituições de carácter social
- Empresas

3º Objectivo Operacional

Consolidar a Atractibilidade do Concelho

Plano de Acção 12

Promover a Responsabilidade Social nas Empresas e na Comunidade

1. Objectivos Gerais

A responsabilidade social surge como uma resposta das organizações ao apelo do desenvolvimento sustentável. No fundo, uma organização, quando socialmente responsável, tem em consideração, nas decisões que toma, a comunidade onde se encontra inserida e o ambiente onde se movimenta ou opera. Nisto inclui-se o investimento na valorização pessoal, a protecção do ambiente, o combate à corrupção, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e pelos princípios éticos da sociedade em que se insere. Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais, implica ir mais além através de um maior investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e com as comunidades locais.

Deste modo, é um meio de modelação do crescimento económico, suportado por níveis elevados de produtividade, competitividade e concorrência, que assegurarão padrões de sustentabilidade, no âmbito do diálogo social, de respeito pelo ambiente, da coesão social que passam a ser a matriz da gestão destas organizações.

Em Sever do Vouga já existem alguns exemplos de responsabilidade social, embora com uma expressão reduzida. Existe ainda a necessidade de desenvolver estratégias que potenciem a mudança de comportamentos da comunidade, focando a integração das minorias, o acesso ao emprego e formação profissional, a promoção do diálogo e da transparência, do respeito pelos outros e pelo ambiente.

A responsabilidade social associada ao êxito económico contribui para a sustentabilidade das empresas.

2. Linhas de Acção

- Promover a integração de cidadãos pertencentes a grupos sociais mais vulneráveis:
 - Apoiar a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho:
 - Sensibilizar e esclarecer as empresas e instituições sobre as capacidades produtivas dos cidadãos com deficiência;
 - Promover a adaptação das instalações e edifícios das empresas e organizações, bem como dos estabelecimentos comerciais a deficientes motores;
 - Prosseguir com o apoio à inserção das mulheres no mercado de trabalho, realizando acções de formação e requalificação profissional;
- Promover concursos que premeiem as iniciativas empresariais com melhores práticas, em vários temas:
 - Relacionamento com a comunidade (mecenato, relação com as partes interessadas);
 - Promoção da cultura, educação e cidadania;
 - Boas práticas ambientais (responsabilidade climática, eficiência);
 - Consumo sustentável;
 - Práticas empresariais sustentáveis;
- Promover a adesão das empresas a redes de conhecimento e outras, alertando para as vantagens:

- Troca de ideias e experiências, estabelecimento de parcerias, debates e *fora* com temas de interesse para cada área de negócio.
- Promover acções de formação pessoal e profissional em comportamentos chave, em áreas como a ética, os valores pessoais, o respeito pelo outro, a cidadania, o ambiente, entre outros;
 - Envolver as escolas, associações de cariz social, empresas e outras organizações neste objectivo;
 - Promover a elaboração e divulgação de um Código de ética ou Código de conduta nas empresas, baseado nos valores da *Confiança, Honestidade, Liberdade, Empreendedorismo, Modéstia, Espírito de equipa, Motivação*, entre outros que dependem da cultura da empresa;
- Promover a participação pública nas questões do município e na decisão;

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IS07 - N° de acções na comunidade promovidas pelas empresas

4. Principais Intervenientes

- Empresas locais
- Câmara Municipal
- Associações locais
- Escolas

3º Objectivo Operacional

Consolidar a atractividade do concelho

Plano de Acção 13

Estimular as actividades culturais e criativas

1. Objectivos Gerais

O desenvolvimento das regiões está hoje estritamente ligado ao investimento na cultura e à própria necessidade de definir novos modelos de desenvolvimento.

“A cultura diferencia os países e regiões; ela tem repercussões na capacidade criativa e competitiva, na aprendizagem, na organização, na partilha de responsabilidades e na coesão social.” *Guilherme de Oliveira Martins*

O impacte social das artes e da cultura, e o papel destas na revitalização de regiões foi já estudado, sendo reconhecida a sua contribuição para a coesão social, pelo estímulo à criação de redes sociais e de entendimento mútuo. A arte e a cultura, desenvolvem o “empowerment” das comunidades, ajudando-as na promoção das suas capacidades organizativas. Promovem também, a melhoria da imagem do lugar, o sentido de pertença e identidade, desenvolvendo sentimentos de orgulho pelas tradições e cultura locais. A nível do indivíduo, promovem o desenvolvimento pessoal, melhorando a auto-estima, capacidades de desempenho, criatividade e socialização dos indivíduos.

A participação em programas de arte participativos, permite ao indivíduo, desenvolver a imaginação e visão, a capacidade de dar respostas criativas em situações da sua vida pessoal, aceitando o risco de forma positiva e desafiando o convencional.

Os esforços financeiros, na cultura, são por isso um investimento! São criação de riqueza! Riqueza material e principalmente humana.

Neste plano de acção, propõe-se um investimento em acções na área da cultura, reconhecendo que esta, está de “braços dados” com a economia e com a qualidade de vida das populações e logo na atractibilidade desta região.

2. Linhas de Acção

- Adoptar estratégias de parceiras mais inclusivas, ligadas a ideias de responsabilidade social e estímulo à criatividade local:
 - Promover a criação de uma associação de artistas;
 - Envolver e integrar os Jovens;
 - Promover Intercâmbios internacionais.
- Promover a identidade regional, através:
 - Reencontro com as Tradições;
 - Criar circuitos artísticos e culturais em paralelo com os circuitos naturais;
 - “land art” - arte participativa na paisagem: suscita nos visitantes um interesse acrescido pela paisagem natural existente;
 - Criar um documentário a ser divulgado. Convidar artistas locais e organizações, professores, autoridades locais, crianças...
- Dinamizar as infra-estruturas existentes:
 - Dinamizar o cinema/ Biblioteca;
 - Promover workshops de multimédia.
- Organização de actividades culturais:
 - Festivais de música, teatro, e arte;
 - Concursos, exposições e arte pública.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IS08 - N.º de actividades culturais desenvolvidas

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal
- Associações culturais e recreativas